

# VIDA FAMILIAR E MOVIMENTOS POPULARES

Marília Pontes Sposito \*

**A**s relações entre as práticas dos movimentos sociais de cunho popular e a vida familiar não são imediatamente perceptíveis. Tradicionalmente, os estudos sobre família têm privilegiado a existência do grupo no âmbito da vida privada, enquanto que as análises dos movimentos populares buscam entender as novas dimensões da vida pública que tais movimentos vieram a explicitar.

Este artigo pretende estabelecer algumas relações entre domínios aparentemente tão diversos — a vida familiar

e as práticas coletivas populares — tendo em vista a explicitação de novos desafios teórico-metodológicos, tanto para os estudiosos dos grupos familiares quanto para os analistas e integrantes dos movimentos sociais.

Os estudos sobre movimentos populares tradicionalmente enfatizaram alguns aspectos que decorreram de sua prática nos últimos anos, enquanto manifestações engendradas na conjuntura política dos governos autoritários. Radicados nos bairros das periferias urbanas, predominantemente integrados por migrantes e originados a partir de redes de relações primárias, tais movimentos trouxeram para a cena política

e social novos atores, dentre os quais destacaram-se as mulheres.

Os movimentos sociais que se originam nos bairros periféricos não constituem novidades históricas, no Brasil, pois suas origens remontam aos primórdios da industrialização e do crescimento urbano, mediante a formação de imensos bolsões de pobreza caracterizados pela ausência total de equipamentos de uso coletivo como transportes, rede de água e esgotos, habitação, postos de saúde e serviços educacionais como creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus.



Foto: Arquivo CEM

No entanto, as práticas coletivas que surgiram em décadas mais recentes trouxeram novidades e desafios para a sua compreensão. Inicialmente, foram apontadas as suas virtualidades enquanto portadoras de uma nova identidade cultural e política, que permitiu aos grupos subalternos um espaço de participação até então vedado a setores que constituem a maioria da sociedade brasileira. Mais ainda, esta identidade possibilitou que os grupos desenvolvessem práticas caracterizadas pela busca da autonomia, fugindo dos marcos tradicionais da cooptação política e da subordinação cultural, não obstante o caráter tenso e descontínuo de tais movimentos. Tais descontinuidades trouxeram novos desafios para sua compreensão, tendo em vista os marcos da transição política e as incertezas da conjuntura democrática que, contraditoriamente, aponta novas formas de relações sociais e recria práticas velhas, como o personalismo de lideranças e o clientelismo político.

Não há dúvida, também, quanto ao seu impacto frente ao Estado e à formulação de políticas públicas na área social. As demandas apresentadas, seu potencial organizativo e sua capacidade de exercer pressão sobre as administrações, obrigaram o Poder Público a redimensionar suas ações, aceitando esses movimentos como novos interlocutores. Por outro lado, o espectro de interações que se estabelecem com o Estado também induziu os movimentos a incorporarem novas relações em suas práticas organizativas, sobretudo após a mudança da conjuntura política, com o advento da Nova República e com a ascensão de governos oposicionistas, eleitos pelo voto popular. Neste quadro, há diferenciações evidentes entre as várias práticas, não só sob o ponto de vista do seu grau de institucionalização, como sob o ângulo de sua capacidade organizativa e da preservação de sua autonomia.

Embora tenha sido grande a controvérsia sobre os efeitos da ação dos movimentos populares nas últimas décadas, é inegável que eles impuseram novos parâmetros para redimensionar as questões da cidadania em uma sociedade que, sistematicamente, tem negado direitos àqueles que vivem apenas do seu trabalho, as imensas majorias radicadas no campo e na periferia dos cen-



Foto: Ana Vallin

tros urbanos. Por outro lado, se os acontecimentos mais recentes revelaram a impossibilidade desses movimentos alterarem radicalmente a ordem institucional do país e o próprio Estado, em virtude de razões que não cabem ser exploradas neste artigo, é importante apontar que essas manifestações criaram práticas que resultaram em uma nova cultura política, eivada por valores democráticos e populares, que negam a tradição autoritária e centralizadora da sociedade brasileira.

Contudo torna-se preciso apontar que, além da re-significação da prática política, porque introduziram novas modalidades de ação coletiva que transcendem as esferas tradicionais do âmbito político-participativo (os sindicatos e partidos), esses movimentos imprimem nova rearticulação entre as esferas pública e privada, entre o cidadão e o indivíduo na sociedade moderna.

Ao deixar de ser privilégio dos setores dominantes da sociedade e ao passar a ser uma modalidade de ação dos homens comuns, principalmente as mulheres, os limites entre o "político" e o "não político" — a vida privada e a vida pública — tendem a ser redefinidos. Esses aspectos seriam fundamentais para a compreensão dos mecanismos que interagem na esfera privada, neste caso o grupo familiar, com aqueles próprios do espaço público da participação, entendido como um domínio não imediatamente absorvido pelo Estado.

A reapropriação do espaço público realizada pelos grupos subalternos, sobretudo pelas mulheres migrantes; cria parâmetros, provoca tensões e redefine a vida privada, o grupo familiar. Por sua vez, as representações e práticas que marcam a existência de grupos privados como a família, invadem os espaços públicos da participação e da ação coletiva.

No processo de participação política, as mulheres, em geral donas de casa, restritas ao trabalho doméstico, encontram possibilidades e formas de sustentação para submeter à crítica os modelos da vida familiar. As exigências de sua presença em lugares públicos, ruas, instituições da administração, reuniões ou caravanas, rompem com papéis consagrados tradicionalmente. Esses no-

vos desafios impõem novos conflitos e mudanças na rotina familiar.

As mulheres no interior da família tendem a redimensionar sua presença, criando novos espaços de legitimidade para essa redefinição tradicionalmente caracterizada pelo serviço doméstico e pelo cuidado com os filhos. Esse processo é tenso e dificultado por várias razões. A primeira porque a mulher precisa acumular a atividade de participação nos grupos do bairro ao lado do seu trabalho doméstico, não há quem a substitua nos afazeres e lidas diárias. Torna-se preciso preservar as rotinas da casa para justificar suas saídas sem provocar transtornos maiores. Contudo, as dificuldades são mais profundas, porque o único espaço de legitimidade para justificar a ausência da mulher no espaço doméstico tem sido o trabalho. Assim, é preciso buscar uma legitimidade nova já que as exigências da prática política no bairro criam motivos para suas saídas, já não ancorados nas razões tradicionais do trabalho.

Mudanças subterrâneas no cotidiano familiar, não imediatamente perceptíveis se processam. Há, de fato, uma lenta transformação nos modelos de organização da vida privada, que têm sido desconsiderados no âmbito da investigação teórica e da reflexão dos atores presentes nesses processos, sobretudo no interior dos movimentos populares.

No entanto, as transformações tendem a se tornar, virtualmente, mais amplas, pois ao levarem para a vida pública, os modelos vigentes da vida privada e da organização familiar, os grupos de mulheres, em sua maioria migrantes que lutam nos bairros, explicitam que o privado é também político. Não se trata, pois de um abandono do mundo privado para uma adesão à vida pública, mas uma redefinição de ambos. Assim, ocorre um processo que desvela a vida privada enquanto uma instância social, como afirma Heller, e por ser uma questão social significa, também, uma questão pública. Esta afirmação não significa que a vida privada do indivíduo deva ser uma questão pública, mas no sentido de que "os modelos da vida privada devem ser considerados objetos e interesse comum, o que significa que uma mudan-

ça em tais modelos deve ser muito importante e não uma questão secundária no processo de transformação geral (1).

Embora obscurecidas, essas transformações da vida privada e do grupo familiar ocorrem, estão a exigir novos modelos à medida que a prática coletiva constantemente põe em questão os atuais. Por outro lado, ao trazerem para a vida político-participativa os impasses e tensões do mundo privado, os movimentos populares, principalmente os grupos de mulheres, apontam, de modo concreto, a necessidade de superação da dicotomia entre o público e o privado, entre o indivíduo e o cidadão, entre a vida familiar e o mundo fora de casa.

Sob esse ponto de vista residem aspectos fundamentais observados nas práticas dos movimentos populares, nos últimos anos e, infelizmente, não considerados temas significativos em várias análises, muitas vezes subordinadas aos parâmetros das conquistas a curto prazo e da lógica de sua eficácia política imediata.

Ao se tratar de processos que poderão gerar uma nova individualidade, comprometidos com a construção da pessoa e criação de outras relações sociais, os movimentos populares, mais do que espaços novos de concepção e de realização da ação política, apontariam novas formas de relações e de organização social, pois "o que se estaria transformando ou engendrando é uma sociedade, mais do que uma política nova" (2).

\* *Marília P. Sposito é professora da Faculdade de Educação da USP.*

## NOTAS

(1) Heller, Agnes — *Para Mudar a Vida*, SP, Brasiliense, 1982, p.166

(2) Calderón, F. e Jellin, E, "Classes sociais e Movimentos Sociais na América Latina — perspectivas e realidades", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 5, vol. 2, outubro de 1987, p.77.